

CONSELHO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

1.^a SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA GERAL

Relatório lido na cerimônia de encerramento, em 17 de julho de 1937, pelo Secretário Geral do Conselho, Eng.º Cristovam Leite de Castro.

A Geografia, a "Ciência da Terra", no dizer sintético de Jean Brunhes, é um ramo dos conhecimentos humanos, talvez o mais sedutor, talvez o mais extenso, talvez o mais humanista.

A Geografia é sedutora. O objeto das suas cogitações é o cenário maravilhoso da Natureza, e só existe geografia quando há consideração da superfície da Terra, tal como impõe intransigentemente o Princípio da Extensão, guia admirável da pesquisa geográfica: "O caráter geográfico de um fenômeno é a sua distribuição pela superfície da Terra".

A Geografia é uma ciência de síntese, ela recolhe os ensinamentos de várias outras ciências particularizadas, umas naturais, outras humanas, e lhes imprime um cunho próprio, observando-os sob um prisma que lhe é peculiar e por um processo que é seu. É este princípio da Extensão que evita a confusão, distinguindo o que é Geografia do que não o é; e, graças a ele, determinada a consideração obrigatória e permanente da superfície terrestre, na contemplação perene da Natureza majestosa, educa-se um cientista, mais ainda, forma-se um esteta.

A Geografia é extensa. A poucas ciências é dado apresentar uma evolução tão grande. Primeiro, pelo mundo conhecido em seu avanço progressivo: ao século IV A.C. limitava-se a pequena região circum-mediterrânea; daí ao século II A.C., sobretudo as expedições de Alexandre permitiram uma expansão pelo Norte na Europa, pelo Este na Ásia até a Índia, pelo Nordeste na África; daí ao século XIV D.C., intercorreu um intervalo longo de expansão relativamente pequena, obtida graças às incursões dos Árabes e de Marco Polo; daí ao século XVI, os descobrimentos da Renascença descortinaram continentes e alargaram grandemente os horizontes geográficos; daí ao século XVIII, deu-se uma interiorização dos continentes; e, finalmente, até os nossos dias, completou-se o reconhecimento terrestre com o devassamento das regiões polares.

E, hoje, está percorrido todo o Globo terrestre.

Segundo, pela eclosão das ciências naturais e humanas, as quais descortinaram o conhecimento de numerosíssimos fenômenos que puderam ser incorporados na geografia, onde são encarados sob o ponto de vista da sua distribuição terrestre.

Ciências numerosas metamorfoseiam-se na geografia: a Geologia gerou a Fisiografia; a Botânica preparou a Fitogeografia; a Zoologia fundamentou a Zoogeografia; a Etnografia, a Sociologia, a Política, a Economia deram base à Geografia Humana.

E, hoje, é enorme a rede de estudos envolvidos pela Geografia, a qual, na expressão feliz do eminente De Martonne, compreende os fenômenos de superfície "físicos, biológicos e humanos".

Terceiro, pela transformação da sua metodologia. Inicialmente, era a Geografia apenas descritiva, preocupava-a o conhecimento da superfície da Terra em sua apresentação estática, e assim orientada, ela descrevia, ela denominava, ela media. Três ciclos teve a Geografia primitiva: a descrição, a nomenclatura e a medição.

Assim foi até o século XIX, quando, luminosos, os gênios imortais de Humboldt e Ritter descortinaram novos rumos para a pesquisa geográfica, demonstrando a necessidade e a possibilidade da consideração dos fenômenos de superfície em suas causas e reivindicando, dest'arte, para a Geografia os foros de ciência.

E, hoje, é a Geografia uma ciência, extensa e valiosa, à qual compete : o conhecimento da superfície da Terra; o conhecimento da distribuição, e das causas desta distribuição, pela superfície terrestre, dos fenômenos físicos, biológicos e humanos; e o conhecimento das relações locais entre estes fenômenos.

A Geografia é humanista. Ela não se sujeita às fronteiras convencionadas. Objetivando o conhecimento da extensão dos fenômenos de superfícies, ela percorre toda a faixa terrestre interessada, passando por cima das linhas que os povos marcaram para, a elas, se sujeitarem política e mentalmente. Ela une países, ela agrupa povos.

De regiões, sob bandeiras diversas, por vezes, ela revela fisionomias comuns, e, ao contrário, de um mesmo País, ela indica partes diferenciadas pela Natureza; e, tanto em um caso, como no outro, ela adverte, ela aconselha, chamando a atenção sobre as repercussões das influências mesológicas.

Idêntica atitude com referência aos agrupamentos humanos: encarando-os, não circunscritos, mas em conjunto, não em aspectos particularizados, mas em geral, não em si, mas em suas relações com o meio ambiente, ela é uma conselheira prestimosa, mostra as causas das divergências para que as atenuemos, das semelhanças para que as utilizemos.

Sedutora, extensa, humanista, a Geografia é também útil e imprescindível, e está na convicção de todos que o conhecimento do território pátrio é o primeiro problema básico a que se deve propor uma Nação.

Senhores, souo a hora da expansão da geografia brasileira.

O 1.º de julho de 1937 assinala inesquecivelmente a instalação do Conselho Brasileiro de Geografia.

Depois desta data máxima é esta a primeira vez em que falo em público; permití, Senhores, que aqui se transborde um pouco do muito que vai, em minh'alma, de entusiasmo e de alegria.

Tive a ventura de acompanhar de perto os fatos que determinaram a criação do Conselho, desde sua primeira concepção até sua efetivação, partilhando das aflições, nas dificuldades, e das alegrias, nas situações favoráveis.

Esses fatos, eu os rememoro, com saudade, porque os vivi.

Assim, os notáveis trabalhos da Comissão Inter-Ministerial, encarregada em 1933 pelo então Ministro da Agricultura Juarez Távora do estudo de um projeto de coordenação das atividades estatísticas brasileiras, nas quais a personalidade excepcional de Teixeira de Freitas apresentou a idéia da criação de um "Instituto Nacional de Cartografia e Estatística", idéia que, embora defendida por ele com brilho e calor, não se concretizou, porque o ambiente ainda não era propício.

Depois, a criação do Instituto Nacional de Estatística, em 6 de julho de 1934, incluindo em suas finalidades atribuições de caráter geográfico e cartográfico, já com base no Serviço de Estatística Territorial, instalado em fins de 1933 no Ministério da Agricultura, serviço que tenho a ventura de dirigir, desde sua origem até a presente data, ininterruptamente.

Depois, a Convenção Nacional de Estatística de 11 de agosto de 1936, que estendeu por todos os Estados do Brasil a preocupação das pesquisas geográficas e trabalhos cartográficos, condicionados às finalidades do Instituto Nacional de Estatística.

Depois, os trabalhos notáveis da douda Comissão de Geógrafos que, em reuniões memoráveis no Palácio Itamaratí, presididas pelo eminente Ministro Macedo Soares, estudou e apresentou sugestões sobre a constituição de um organismo nacional de geografia, destinado a promover uma coordenação das atividades geográficas brasileiras.

Por fim, os acontecimentos que envolveram a assinatura do decreto n.º 1.527, de 24 de março de 1937, instituindo o Conselho Brasileiro de Geografia,

incorporado no Instituto Nacional de Estatística, e os acontecimentos posteriores até a efetiva instalação do nosso Conselho a 1.º do corrente.

Dois nomes se destacam no desenrolar desses fatos, nomes esses de duas figuras marcantes no Brasil de hoje: uma, orgânica, cuja atuação é emocionante no cenário administrativo brasileiro — Teixeira de Freitas; outra, prestigiosa, cuja atuação é impressionante no cenário político, dentro e fora do País — Macedo Soares.

Teixeira de Freitas empreendeu uma primeira tentativa, que não surtiu concretização imediata e completa, mas, permitiu uma focalização objetiva do problema e a fixação de alguns elementos para se enfrentar a sua solução, embora parcialmente.

Macedo Soares, mais tarde, sente o problema da geografia brasileira em sua magnitude e em sua importância, empolga-se por ele e em pessoa dirige os trabalhos necessários à concretização da organização nacional que haveria de se encarregar do problema e realiza esta concretização. Macedo Soares foi o realizador do Conselho Brasileiro de Geografia, e, como seu modesto auxiliar, neste setor, posso dar testemunho da sua atuação pessoal na direção dos trabalhos preparatórios da nossa instituição.

Dois nomes, de legítimos amigos da Geografia brasileira, que deverão ficar gravados nos corações de quantos, agora, somos chamados a atuar no sistema orgânico de atividades que os dois prepararam.

Sob o influxo destas duas personalidades nasceu o Conselho Brasileiro de Geografia em condições excepcionais: nasceu poderoso e nasceu irmanado com um organismo pujante.

Debaixo da abóbada majestosa do Instituto, que, hoje, em família, podemos chamar de "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", coexistem harmonicamente os dois Conselhos, um, o de Geografia, incumbido do conhecimento da terra brasileira, outro, o de Estatística, incumbido do conhecimento do homem brasileiro em sua atividade multiforme, enfeixando-se as duas finalidades no sentido comum do conhecimento do Brasil.

Geografia e Estatística conjugam-se, completam-se. Abordam ambas, continuamente, fenômenos comuns, uma localizando, outra quantificando. Prestam-se mutuamente valioso subsídio, a Geografia fornecendo elementos para interpretação dos números referentes aos fatos de superfície, a Estatística alicerçando as pesquisas sobre os fenômenos humanos de extensão.

Nasceu gigante o Conselho Brasileiro de Geografia. Incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, encontrou aí elementos já preparados para um início imediato de atividades eficientes: encontrou casa, encontrou experiência, encontrou vontades, encontrou dádivas.

Debaixo de um teto generoso, recaíram sobre o Conselho Brasileiro de Geografia, desde logo, as inestimáveis vantagens da Convenção estabelecida pelo Instituto, pela qual se congregam em um entendimento proveitosíssimo os Governos da União, dos Estados, do Território do Acre e do Distrito Federal.

E, como que em milagre, instituído em fins de março, poudo o Conselho Brasileiro de Geografia instalar-se a 1.º de julho, iniciando ao mesmo tempo os trabalhos da 1.ª sessão ordinária da sua Assembléia Geral, com a participação de dignos delegados dos Governos da União, dos Estados, do Território do Acre e do Distrito Federal.

E o que realizou esta Assembléia Geral?

E' o que aquí venho relatar, em cumprimento ao disposto no art. 16.º da Resolução n.º 1, que dá Regimento aos trabalhos da Assembléia Geral.

Iniciando seus trabalhos, a Assembléia teve de se pronunciar sobre um assunto da maior significação para a vida do Conselho — o seu Regulamento.

O decreto n.º 1.527 ao instituir o C.B.G., estabeleceu em seu art. 5.º que o seu Regulamento seria baixado pelo presidente do Instituto Nacional de Es-

tatística, aprovado pela Junta Executiva Central deste, *ad referendum* do Conselho Nacional de Estatística.

A resolução n.º 15, de 16 de junho de 1937, da Junta Executiva Central aprovou o Regulamento que, na mesma data, foi baixado pelo Presidente do Instituto; faltava, pois, para integral acabamento legal do ato o referendo do Conselho Nacional de Estatística, cuja Assembléa Geral também a 1.º de julho iniciava seus trabalhos.

Em um gesto altamente significativo, o Conselho de Estatística, antes de preencher a formalidade legal, solicitou do Conselho de Geografia que, ele próprio, examinasse em última instância o seu Regulamento e apresentasse as sugestões sobre as modificações que julgasse convenientes.

O texto do Regulamento sujeito ao referendo apresentava expressões que, inesperadamente, originaram interpretações contrárias ao espírito das finalidades do Conselho, e, nestas condições, impunha-se esclarecer devidamente a matéria, mediante redação clara de disposições explícitas que, definitivamente, afastassem qualquer dúvida sobre a sua atuação como organismo meramente coordenador de colaborações de entidades autônomas. Nisto consistiu o trabalho de revisão do Regulamento, que à nossa Assembléa foi cometido.

O Conselho de Estatística arrematou a grandeza de sua generosa atitude aprovando *sem exame* as sugestões oferecidas pelo Conselho de Geografia; e penso que interpreto bem o sentir de todos os meus companheiros, afirmando aqui a nossa gratidão profunda, mais uma vez e de público.

Constituiu-se preocupação primeira da Assembléa deliberar sobre as medidas fundamentais, necessárias ao estabelecimento do organismo estrutural do Conselho; suas vistas voltaram-se para os diversos projetos apresentados, e, em uma compreensão perfeita, foram aprovadas, em 3 discussões, as resoluções nos. 1, 2, 3, 4, 5 e 12, e, por meio delas, ficaram definidas e estabelecidas as normas pelas quais se devem regular os trabalhos da Assembléa Geral, os dos Diretórios Central, Regionais e Municipais, bem como a constituição e funcionamento das Comissões Técnicas, do Corpo de Consultores Técnicos, do Corpo de Informantes Municipais.

Este primeiro grupo de resoluções, desempenha função importantíssima, qual a de prover à montagem e ao funcionamento do complexo e extenso aparelhamento inter-administrativo do Conselho.

Houve um segundo grupo de resoluções, as quais procuraram definir finalidades e estabelecer preliminares, necessárias a uma primeira objetivação da atuação do Conselho; tais foram a resolução n.º 10 sobre a incorporação das organizações particulares, culturais ou técnicas, e a resolução n.º 6 sobre as finalidades geográficas do Instituto previamente existentes, com as resoluções sobre as mesmas já tomadas.

Um terceiro grupo de resoluções consignou pronunciamentos diversos; assim: a resolução n.º 9 concordando com a mudança de nome do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugerida pelo Conselho Nacional de Estatística, e a resolução n.º 11 expressando votos e apelos.

Finalmente, em um quarto grupo, a Assembléa tomou deliberações que definem resoluções sobre empreendimentos concretos a que o C.B.G. se dispõe a realizar: a resolução n.º 7 adotando a ortografia simplificada como a mais conveniente para os trabalhos cartográficos, a resolução n.º 13 dispondo sobre o orçamento do Conselho para 1938 e a resolução n.º 14 — prescrevendo, como empreendimento fundamental do Conselho Brasileiro de Geografia, a atualização da carta geográfica do Brasil ao milionésimo, e provendo ao seu início imediato.

Em resumo, pois, a Assembléa, em 14 resoluções, estabeleceu as normas para integral instalação de todos os órgãos do Conselho, definiu as principais linhas gerais da objetivação das suas finalidades, manifestou-se sobre os prin-

cipais fatos da geografia nacional, e fixou uma grande missão, um grande empreendimento, em torno do qual se concentrarão as energias e as possibilidades do C.B.G., em uma demonstração eloquente e pública dos seus alevantados e uteis objetivos.

Detalhando um pouco mais, enuncio as resoluções aprovadas pela Assembléia :

- N.º 1 — Dá Regimento aos trabalhos da Assembléia Geral.
- N.º 2 — Dá Regimento aos trabalhos do Diretório Central.
- N.º 3 — Dá Regimento aos trabalhos dos Diretórios Regionais.
- N.º 4 — Dá Regimento aos trabalhos dos Diretórios Municipais.
- N.º 5 — Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das Comissões Técnicas.
- N.º 6 — Dispõe sobre as atribuições de carater geográfico que estavam afetas ao Conselho Nacional de Estatística.
- N.º 7 — Adota a ortografia simplificada, considerando-a a mais conveniente para os trabalhos cartográficos e fixa outras providências.
- N.º 8 — Regula a constituição e o funcionamento do Corpo de Informantes Municipais.
- N.º 9 — Pronuncia-se sobre a mudança do nome do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- N.º 10 — Regula a integração no Conselho das organizações particulares.
- N.º 11 — Expressa pronunciamentos diversos sobre problemas e iniciativas relacionados com a geografia nacional.
- N.º 12 — Regula a constituição e o funcionamento do Corpo de Consultores Técnicos.
- N.º 13 — Dispõe sobre o orçamento do Conselho Brasileiro de Geografia para 1938.
- N.º 14 — Prescreve, como empreendimento fundamental do Conselho Brasileiro de Geografia a atualização da carta geográfica do Brasil, e provê ao seu início imediato.

Senhores Membros da Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia:

Estão terminados os trabalhos da Assembléia, mas, senhores, a nossa missão ainda não está finda. Permití que, como lembrete, eu aponte algumas das principais providências a tomar.

Primeiro, é preciso que obtenhamos dos Governos que representamos a consolidação da situação do C.B.G., mediante atos que ratifiquem o seu Regulamento, pois, conforme foi esclarecido, conquanto as disposições legislativas, pelas quais se inter-vincularam os Governos Regionais e o da União, em torno das atividades do Instituto Nacional de Estatística, envolvam em princípio as atividades do C.B.G., há, entretanto, conveniência em um pronunciamento explícito a respeito. Que a instituição do Conselho Brasileiro de Geografia cada vez melhor se fundamente.

Segundo, é preciso que instalemos com presteza os órgãos do C.B.G., de modo a se completar em curto prazo a montagem de todas as peças do sistema, cujas atividades se entrosam calculadamente em uma soma proveitosa. Que a obra do Conselho Brasileiro de Geografia cada vez mais se expanda e se intensifique.

Terceiro, é preciso que concentremos as nossas atenções em torno das iniciativas aquí combinadas, e, principalmente, que reunamos todas as nossas energias, que congreguemos os nossos melhores esforços, todos unidos com o pensamento no Brasil, em torno do empreendimento imponente e patriótico a que se propôs o Conselho Brasileiro de Geografia no sentido de proceder à atualização da carta geográfica brasileira.

Tudo para o Brasil.